



Informativo
DiEESA

**Boletim de subsídios às negociações
coletivas dos sindicatos filiados à SNQ**

Novembro de 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
1. Produto Interno Bruto (PIB)	2
2. INPC-IBGE	3
3. Juros	4
4. Desempenho Setorial	5
5. ICV-DIEESE	6
6. Cesta Básica Nacional.....	11
7. Balanço dos Reajustes e dos Pisos Salariais	13

INTRODUÇÃO

O presente estudo é um subsídio às negociações coletivas dos sindicatos filiados à SNQ (Secretaria Nacional dos Setores Químicos) que a Subseção do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) na entidade produz e envia mensalmente. Trata-se de um boletim que apresenta indicadores econômicos selecionados (Produto Interno Bruto, Formação Bruta de Capital Fixo, Taxa de Investimento, INPC-IBGE e Juros), com uma breve análise de desempenho do setor químico e informações que o próprio DIEESE produz, sintetizados em um único material. O boletim tem periodicidade mensal e o seu envio ocorre até o dia 15 de cada mês.

1. Produto Interno Bruto (PIB)

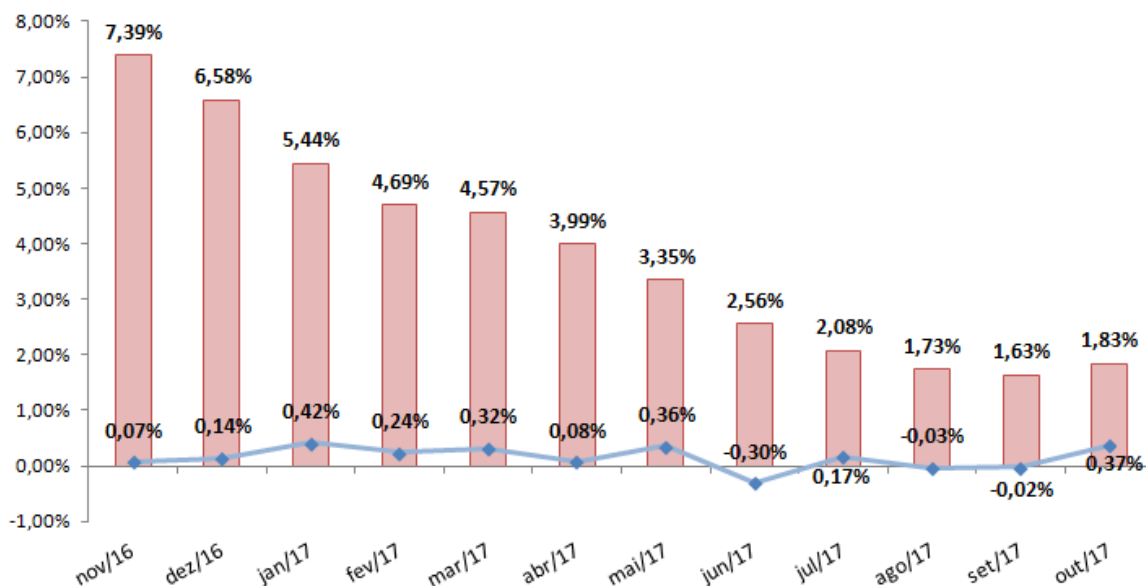
Acumulado 2016 – O Produto Interno Bruto recuou **3,6%** em relação a 2016. No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou **R\$ 6,27 trilhões**. O PIB *per capita* alcançou R\$ 30.407 (em valores correntes) em 2016, com queda de 4,4% em relação ao ano anterior. Sob a ótica da oferta, a Agropecuária, a Indústria e o Serviço apresentaram recuo no acumulado de 2016, em respectivamente, 6,6%, 3,8% e 2,7%. Sob a ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (-10,2%), o Consumo das Famílias (-4,2%), o Consumo do Governo (-0,6%) e a Importação (-10,3%) recuaram em 2016, enquanto a Exportação (1,9%) apresentou crescimento.

2º Trimestre 2017 – O PIB cresceu 0,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior, a Agropecuária manteve-se estagnada, a Indústria recuou -0,5%, enquanto os Serviços cresceram 0,6%. Na comparação com igual período de 2016, houve expansão do PIB de 0,3% no segundo trimestre do ano. Na ótica da produção, a Agropecuária cresceu 14,9%, e a Indústria e os Serviços recuaram, respectivamente, -2,1% e -0,3%. Sob a ótica da demanda, o Consumo das Famílias cresceu 0,3%, o Consumo do Governo e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) recuaram, respectivamente, -2,4% e -6,5% e 3,7%, enquanto as Exportações se elevaram em 2,5% e as Importações recuaram -3,3%.

2. INPC-IBGE

O INPC-IBGE, que abrange as famílias com renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos e as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do município de Goiânia, apresentou variação de 0,37% em outubro e ficou 0,39 ponto percentual acima do resultado de -0,02% de setembro. Considerando os últimos doze meses o índice ficou em 1,83%, acima da taxa dos doze meses anteriores.

GRÁFICO 1
INPC-IBGE: Mensal e Acumulado em Doze Meses
Brasil – Novembro de 2016 a Outubro de 2017



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Dezembro de 1993

3. Juros

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ocorrida nos dias 24 e 25 de outubro de 2017, definiu-se em 7,5% a.a. a taxa básica de juros da economia brasileira (SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) será nos dias 5 e 6 de dezembro de 2017.

Segundo a ANEFAC- Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, a taxa de juros média anual da economia brasileira (em setembro de 2017) foi de 137,12%. Das seis linhas de crédito pesquisadas, 05 (cinco) reduziram suas taxas de juros no mês (juros do comércio, cartão de crédito, CDC-bancos-financiamento de veículos, empréstimo pessoal-bancos e empréstimo pessoal financeiras) e 01 (uma) elevou suas taxas de juros no mês (cheque especial).

TABELA 1
Taxa de Juros para Pessoa Física

Linha de Crédito	ago/17		set/17	
	Taxa mês	Taxa ano	Taxa mês	Taxa ano
Juros comércio	5,63%	92,95%	5,61%	92,51%
Cartão de crédito	13,36%	350,32%	12,89%	328,42%
Cheque especial	12,14%	295,48%	12,33%	303,60%
CDC - bancos-financiamento de automóveis	2,11%	28,48%	2,09%	28,17%
Empréstimo pessoal-bancos	4,30%	65,73%	4,22%	64,22%
Empréstimo pessoal-financeira	7,72%	144,09%	7,60%	140,85%
Taxa Média	7,54%	139,24%	7,46%	137,12%

Fonte: ANEFAC

4. Desempenho Setorial

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM)¹, “*Volumes de produção, vendas e demanda crescem no 3º trimestre. A recuperação é lenta, gradativa e sobre uma base fraca do 1º semestre.* De acordo com informações preliminares, os índices de volume dos produtos químicos de uso industrial registraram crescimento no 3º trimestre de 2017, exibindo os melhores resultados na comparação com os demais trimestres deste ano. O índice de produção cresceu 5,44%, o de vendas internas +12,63%, enquanto a demanda interna, medida pelo consumo aparente nacional (CAN), teve alta de 8,7% nos três últimos meses sobre o 2º trimestre do ano. A utilização da capacidade instalada também registrou melhora, com resultado de 79%, três pontos percentuais acima da média do período de abril a junho deste ano. Tradicionalmente, na indústria química, o 3º trimestre é o que concentra os maiores volumes de produção, de vendas e de demanda do ano, o que está se confirmando para os resultados verificados”.

Segundo a ABIQUIM, “Nesta época, se produz o maior volume para as encomendas de final de ano e início do ano seguinte. Cabe destaque aos produtos ligados ao agronegócio nos últimos três meses, quer pela melhora efetiva de demanda, quer por questões de sazonalidade ou por reposição de estoques. Além disso, diversos segmentos clientes da química mostraram alguma recuperação nos indicadores de atividade no período, como os setores automotivo, embalagens, construção civil, produtos químicos para exploração e produção de petróleo, dentre outros, embora essa performance ainda não possa ser generalizada. Pela análise das informações, é possível afirmar que, apesar da melhora lenta e gradativa, sobre uma base fraca, que foi a dos primeiros seis meses do ano, o pior parece já ter passado, embora o segmento ainda esteja muito aquém do que foi em 2007”.

¹ Informações retiradas do Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC), de outubro de 2017, produzido pela ABIQUIM.

Tabela 01
Resumo dos Principais Indicadores do Relatório de Acompanhamento Conjuntural -
ABIQUIM

Período	Índices Abiquim-FIPE			CAN Consumo Aparente Nacional	Utilização da capacidade (em %)
	IGQ-P Produção (em %)	IGQ-VI Vendas internas (em %)	IGP Preços (em %)		
Agosto 2017	0,00	7,71	-1,28	1,2	82
Setembro *	-2,87	2,44	0,56	-1,1	78
3º trim. 2017 * / 3º trim. 2016	0,23	-1,09	0,80	3,9	79 (-3 p.p.)
3º trim. 2017 * / 2º trim. 2017	5,44	12,63	-3,97	8,7	79 (+3 p.p.)
Jan-Set 2017* / Jan-Set 2016	0,54	-1,22	0,72 ^{1A}	7,1	78 (-2 p.p.)
Agosto 2017 / Agosto 2016	1,37	-2,85	1,75	3,3	82 (= p.p.)
Setembro 2017* / Setembro 2016	-1,65	3,39	0,66	-1,6	78 (-5 p.p.)
Últimos 12 meses (até Setembro 2017 *) / últimos 12 meses anteriores	1,77	1,43	0,66 ^{2A}	7,9	79 (= p.p.)

Fonte: RAC-ABIQUIM

* Preliminar

5. ICV-DIEESE

Entre setembro e outubro, o Índice do Custo de Vida do município de São Paulo variou 0,88%, segundo cálculo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No ano, a variação acumulada foi de 2,01%; e de novembro de 2016 a outubro de 2017, foi de 2,41%.

Foi observado aumento para todos os estratos de renda¹. Para o mais baixo ou estrato 1, de 1,21%; para o estrato 2, de 0,99% e para o estrato 3, de 0,75%. Entre janeiro e outubro de 2017, as variações por estrato foram: 1º estrato, 1,60%; 2º estrato, 1,62%; e, 3º estrato, 2,30%. Em 12 meses, as taxas por estrato de renda foram as seguintes: estrato 1, 1,55%; estrato 2, 1,91%; e, estrato 3, 2,89%.

Habitação (2,67%), Saúde (0,62%), Alimentação (0,44%), Transporte (0,42%), Despesas Pessoais (0,30%) e Educação e Leitura (0,07%) foram os grupos que registraram taxas positivas. As retrações foram anotadas nos grupos Recreação (-0,23%), Despesas Diversas (-0,25%), Vestuário (-0,52%) e Equipamento Doméstico (-0,79%).

Os grupos Habitação (2,67%), Saúde (0,62%), Alimentação (0,44%) e Transporte (0,42%) contribuíram com 0,89 ponto percentual (p.p.) para a taxa geral (Tabela 1 e Gráfico 1).

As taxas dos subgrupos da Habitação (2,67%) foram as seguintes: conservação do domicílio (0,09%); locação, impostos e condomínio (0,83%); e, operação do domicílio (4,21%). Poucos itens tiveram reajustes expressivos e suficientes para que a variação do grupo fosse alta; são eles: condomínio (1,32%), gás de botijão (9,99%) e energia elétrica (15,58%) – devido à aplicação do patamar 2 da bandeira vermelha em outubro. Após o reajuste anual da energia elétrica, que ocorre no mês de julho, a determinação da bandeira a ser aplicada variou entre amarela - de julho a setembro - e vermelha: patamar 1 em agosto e patamar 2 em outubro; motivo das oscilações percebidas nas taxas relativas à eletricidade no decorrer do período.

O grupo Saúde registrou alta de 0,62%, devido ao reajuste dos seguros e convênios médicos (0,88%) e das consultas médicas (0,25%), o que aumentou a taxa do subgrupo assistência médica em 0,75%. O subgrupo medicamentos e produtos farmacêuticos (0,03%) praticamente não variou.

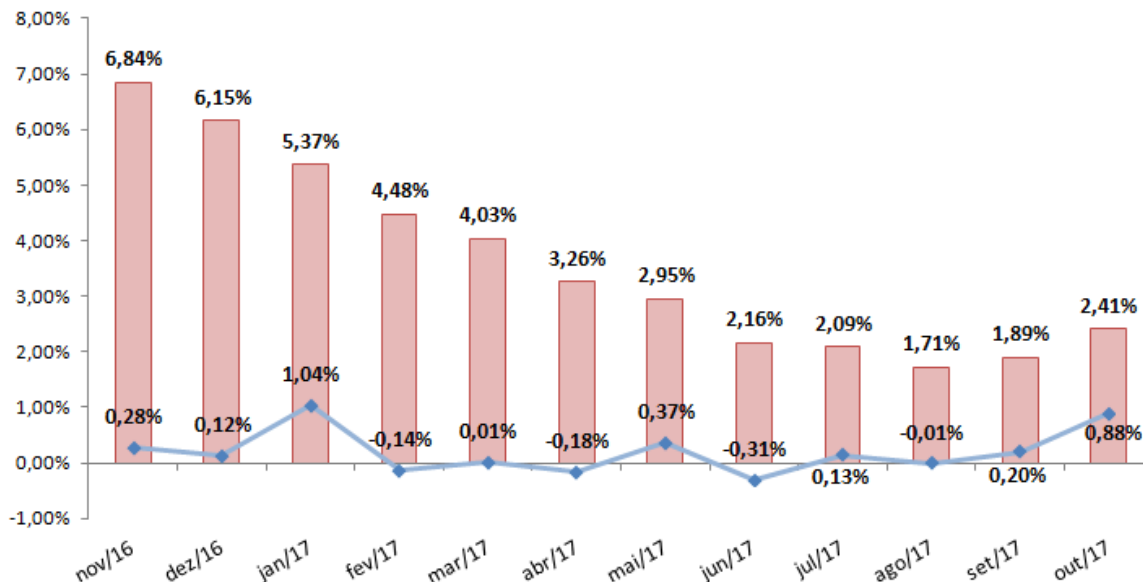
Nos subgrupos da Alimentação (0,44%) – produtos in natura e semielaborados e alimentação fora do domicílio – foram verificados aumentos de 0,92% e 0,19%, respectivamente. Apenas no subgrupo indústria da alimentação não ocorreu variação.

Na média, as taxas do subgrupo indústria da alimentação não variaram. Entretanto, cabe ressaltar as variações positivas e negativas mais significativas. São elas: cerveja (2,95%), óleo de cozinha (2,12%), café em pó (1,30%), refrigerante (1,08%), leite em pó (-3,46%), leite longa vida (-6,51%) e muçarela (-8,05%).

No subgrupo alimentação fora do domicílio (0,19%), foi observada alta nos preços médios tanto das refeições principais (0,11%) quanto dos lanches matinais e vespertinos (0,28%).

A taxa acumulada nos últimos doze meses do ICV-Geral foi de 2,41%.

GRÁFICO 2
ICV-DIEESE Geral: Mensal e Acumulado em Doze Meses
Município de São Paulo - Novembro de 2016 a Outubro de 2017



Fonte: IBGE

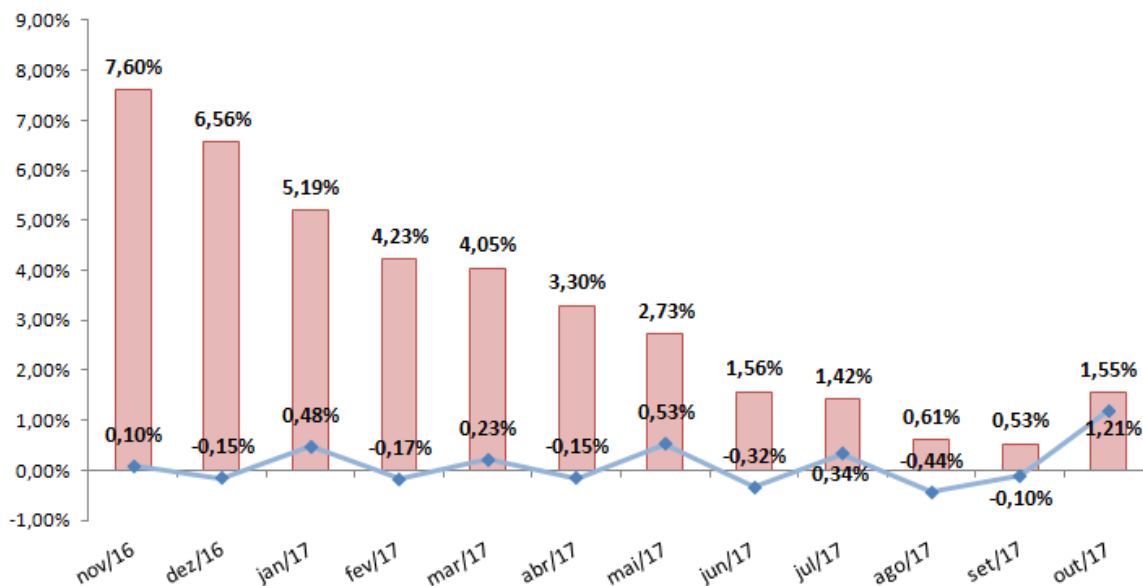
Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Geral – Renda média familiar de R\$1.365,48.

Além do índice geral, o DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercis da renda das famílias paulistanas. As taxas do ICV segundo cada estrato de renda são distintas, uma vez que resultam da forma como as famílias distribuem seus gastos, que difere de acordo com o poder aquisitivo, e relaciona-se com as diversas variações de preços dos bens e serviços.

Em outubro, no 1º estrato, que abrange as famílias com menor rendimento, cuja renda média familiar é de R\$ 377,40, a taxa foi de 1,21%. A taxa acumulada de doze meses para o 1º estrato foi de 1,55%.

GRÁFICO 3
ICV-DIEESE Estrato 1: Mensal e Acumulado em Doze Meses
Município de São Paulo - Novembro de 2016 a Outubro de 2017



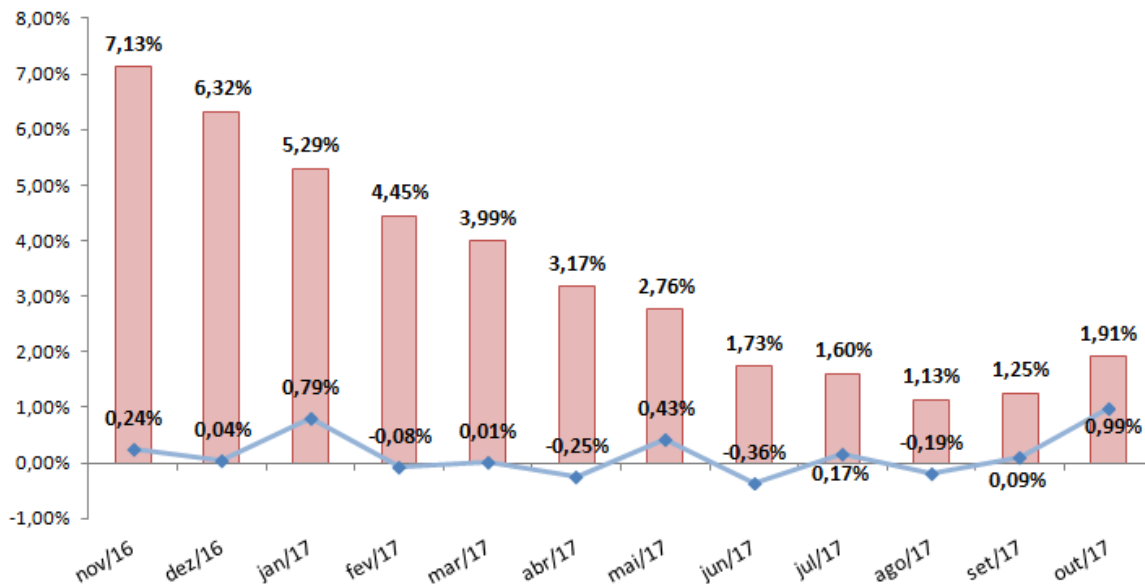
Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 1 – Renda média familiar de R\$377,40.

Para o 2º estrato - que reúne as famílias com nível intermediário de rendimento, cuja renda média familiar é de R\$ 934,17, foi registrada uma variação de 0,99% para a taxa do mês de outubro de 2017. A taxa acumulada de doze meses para o 2º estrato foi de 1,91%.

GRÁFICO 4
ICV-DIEESE Estrato 2: Mensal e Acumulado em Doze Meses
Município de São Paulo - Novembro de 2016 a Outubro de 2017



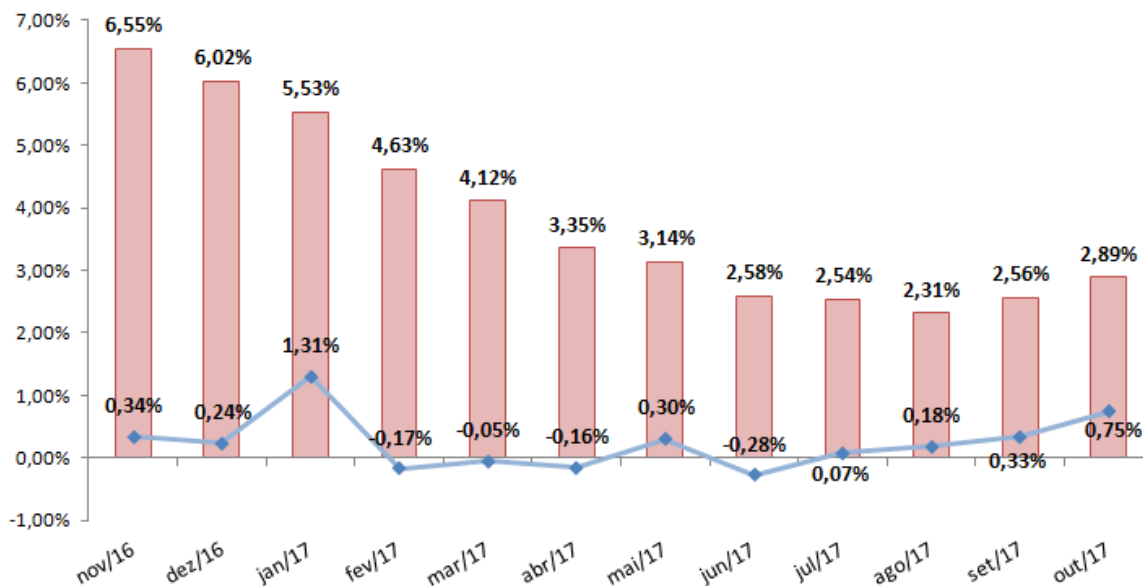
Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 2 – Renda média familiar de R\$934,17.

Por fim, para o 3º estrato, no qual estão as famílias de maior poder aquisitivo, cuja renda média familiar é de R\$ 2.782,90, a variação da taxa do mês de outubro de 2017 foi de 0,75%. A taxa acumulada de doze meses para o 3º estrato foi de 2,89%.

GRÁFICO 5
ICV-DIEESE Estrato 3: Mensal e Acumulado em Doze Meses
Município de São Paulo - Novembro de 2016 a Outubro de 2017



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Base Junho de 1996. ICV Estrato 3 – Renda média familiar de R\$2.782,90.

6. Cesta Básica Nacional

Em outubro, o custo do conjunto de alimentos essenciais apresentou queda em 11 das 21 cidades onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As reduções mais expressivas foram registradas em Goiânia (-2,79%), Maceió (-2,52%) e Manaus (-1,77%). Em outras 10 cidades, a cesta apresentou alta. As maiores variações foram observadas em Campo Grande (2,67%), Curitiba (3,08%) e Cuiabá (3,49%).

Porto Alegre foi a cidade com a cesta mais cara (R\$ 446,87), seguida por São Paulo (R\$ 428,13) e Rio de Janeiro (R\$ 421,05). Os menores valores médios foram observados em Salvador (R\$ 318,31), Natal (R\$ 325,09) e Recife (R\$ 325,96). Em 12 meses, o valor da cesta apresentou redução em todas as cidades pesquisadas. As taxas negativas variaram entre -16,10%, em Cuiabá, e -6,53%, em Porto Alegre. Entre janeiro e outubro de 2017, o custo da cesta diminuiu em todas as capitais, com destaque para as taxas de Manaus (-11,62%), Maceió (-11,57%), Cuiabá (-10,91%), Belém (-10,64%) e Salvador (-10,37%).

TABELA 3
Pesquisa Nacional de Cesta Básica – Custo e variação da cesta básica em 21 capitais
Brasil – Outubro de 2017

Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação anual (%)
Porto Alegre	446,87	2,33	51,84	104h55m	-2,65	-6,53
São Paulo	428,13	1,69	49,66	100h31m	-2,45	-8,82
Rio de Janeiro	421,05	2,63	48,84	98h52m	-5,12	-7,75
Florianópolis	416,41	-0,66	48,31	97h46m	-8,24	-12,39
Vitória	393,71	0,50	45,67	92h26m	-7,65	-12,35
Brasília	388,78	1,50	45,10	91h17m	-9,94	-11,00
Curitiba	388,06	3,08	45,02	91h07m	-5,32	-10,37
Cuiabá	379,74	3,49	44,05	89h10m	-10,91	-16,10
Campo Grande	368,83	2,67	42,79	86h36m	-9,61	-15,50
Fortaleza	367,61	-0,77	42,64	86h19m	-6,74	-11,51
Belém	367,03	-0,77	42,58	86h11m	-10,64	-13,65
Belo Horizonte	365,89	1,12	42,44	85h55m	-7,29	-12,56
Goiânia	362,58	-2,79	42,06	85h08m	-6,27	-6,90
Manaus	349,19	-1,77	40,51	81h59m	-11,62	-14,81
Maceió	346,26	-2,52	40,17	81h18m	-11,57	-14,10
Aracaju	340,37	-1,10	39,48	79h55m	-2,66	-10,00
São Luís	337,37	-0,30	39,14	79h13m	-5,25	-12,69
João Pessoa	330,38	-1,34	38,33	77h34m	-9,77	-14,30
Recife	325,96	-0,81	37,81	76h32m	-6,32	-12,39
Natal	325,09	0,37	37,71	76h20m	-7,63	-11,40
Salvador	318,31	-0,07	36,93	74h44m	-10,37	-15,25
Boa Vista	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Macapá	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Palmas	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Porto velho	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Rio Branco	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Teresina	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: DIEESE

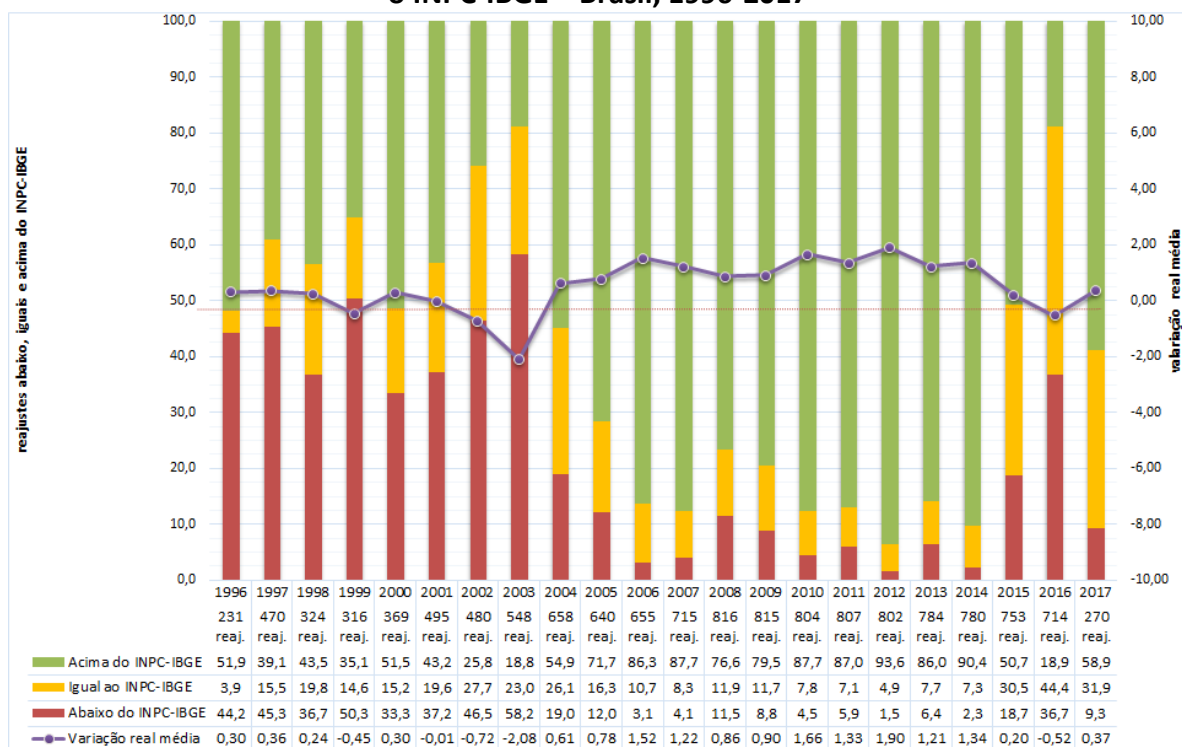
Com base na cesta mais cara, que, em outubro, foi a de Porto Alegre, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em outubro de 2017, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 3.754,16, ou 4,01 vezes o mínimo de R\$ 937,00. Em setembro, de 2017, o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 3.668,55, ou 3,92 vezes o mínimo vigente. Em

outubro de 2016, o salário mínimo necessário foi de R\$ 4.016, 27 ou 4,56 vezes o piso em vigor, que equivalia a R\$ 880, 00.

7. Balanco dos Reajustes Salariais

Em 2016, apenas 18,9% das unidades de negociação analisadas pelo DIEESE conquistaram ganhos reais aos salários, segundo comparação com da inflação medida pela variação INPC-IBGE. As variações reais foram em média de -0,52%, como mostra o Gráfico 04. Em 44,4% das negociações foram observados reajustes iguais à inflação; e as que registraram reajustes abaixo da inflação, representaram aproximadamente 36,7% do total.

Gráfico 04
Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio, em comparação com o INPC-IBGE – Brasil, 1996-2017



Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Foram considerados todos os reajustes registrados no SAS-DIEESE

Considerando todas as unidades de negociação registradas no SAS-DIEESE até o momento, a Tabela 7 apresenta a trajetória por data-base dos aumentos reais médios entre 2013 e 2017. A partir dos dados inseridos em 2016, tem-se que o primeiro semestre de 2016 apresentou uma perda real média de 0,56%, ou seja, superior à perda real de 0,42% do segundo semestre do mesmo ano. O aumento real médio preliminar em 2017 foi de 0,37%.

Tabela 07
Aumento real médio, segundo o INPC-IBGE, por data-base – Brasil, 2013-2017

Data-Base	2013	2014	2015	2016	2017
Janeiro	1,56%	1,48%	1,41%	-0,65%	0,12%
Fevereiro	1,22%	1,40%	0,51%	-0,86%	0,51%
Março	1,07%	1,64%	0,45%	-0,55%	0,66%
Abril	0,80%	1,38%	0,11%	-0,59%	0,31%
Maio	0,90%	1,45%	0,14%	-0,44%	0,41%
Junho	1,07%	1,32%	0,07%	-0,69%	0,24%
Julho	1,15%	1,34%	-0,04%	-0,03%	-
Agosto	1,36%	0,97%	-0,05%	-0,59%	-
Setembro	1,45%	1,25%	-0,31%	-0,57%	-
Outubro	1,54%	0,94%	-0,22%	-0,35%	-
Novembro	1,51%	1,11%	-0,34%	-0,43%	-
Dezembro	1,31%	0,96%	-0,63%	0,03%	-
1º semestre	1,08%	1,47%	0,45%	-0,56%	0,37%
2º semestre	1,44%	1,13%	-0,26%	-0,42%	-
Ano	1,21%	1,34%	0,20%	-0,52%	0,37%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Foram considerados todos os reajustes registrados no SAS-DIEESE

b) Valores negativos referem-se a perdas reais